



Os meios alternativos de resolução de conflitos

Autor(res)

Jeferson Fernandes Pereira
Deise Luana Arruda Dos Anjos
Sariny Alves Lopes

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A autocomposição tem por princípio o acordo entre as partes em observância ao princípio da autonomia da vontade das partes. Normalmente a mediação e a conciliação repousam nesse ambiente, pois são denominados como métodos consensuais de resolução de conflito, ou seja, onde ocorre o comum acordo dos litigantes sob uma determinada demanda.

Na autocomposição se resguardam dois importantes métodos alternativos de resolução dos conflitos: a conciliação e a mediação. Esta forma de autocomposição é aquela em que as partes, no exercício de suas autonomias da vontade, chegam a uma resolução consensual para a disputa. No campo da heterocomposição, esta possui dois principais métodos de resolução de conflitos: a jurisdição, método tradicional ao próprio Direito e a arbitragem que se encaixa nos métodos alternativos de resolução de conflitos. Esta forma de dirimir conflitos tem por premissa que um terceiro imparcial, um juiz ou um árbitro, julgue e chegue a solução da lide pelas partes.

Objetivo

Promover a eficiência e a eficácia na resolução de disputas, de forma alternativa, ágil, econômica e colaborativa ao processo judicial tradicional. Isso inclui facilitar a comunicação entre as partes, promover a busca por soluções mutuamente satisfatórias e restaurar relacionamentos desgastados. Além disso, os meios alternativos visam descongestionar o sistema judicial, reduzindo o volume.

Material e Métodos

Será realizada por meio de análise qualitativa com a finalidade de mediar conflitos, além de se debater entre autocomposição e heterocomposição,

a fim de compreender as nuances e peculiaridades de cada método de resolução, bem como sua aplicabilidade em diferentes contextos processuais. A facilitação envolve a utilização de um facilitador neutro para ajudar as partes a identificar seus interesses e necessidades, comunicar-se de forma eficaz e explorar opções de solução.

A mediação imparcial trabalha com as partes em conflito para ajudá-las a chegar a um acordo voluntário e mutuamente aceitável. Isso pode incluir Quanto aos materiais, estes podem incluir documentos relevantes para a disputa, como contratos, registros financeiros, correspondências, entre outros. Além disso, pode ser utilizado equipamento de tecnologia da informação para facilitar a comunicação e a colaboração entre as partes,

3ª MOSTRA
CIENTÍFICA

Anhanguera



especialmente em situações de resolução de conflitos online.

Resultados e Discussão

A conciliação tem por escopo a resolução objetiva da lide pelo conciliador, ou seja, este pode atuar de forma a propor às partes soluções para que se haja a celebração do acordo por elas em consenso. Isto só é possível porque, na maioria das vezes, as partes são pessoas que não possuem vínculo social anterior, possivelmente vindo a se conhecer apenas em função do fato social que gerou a lide entre elas (ex: um acidente automobilístico que será julgado no Juizado Especial Adjunto Criminal – JEACrim).

Segundo a autora Trícia Navarro Xavier Cabral, “na conciliação o conflito é tratado de modo mais superficial e busca-se, primordialmente, a autocomposição, com o encerramento da disputa” (CABRAL, 2017). Deste modo, a conciliação preza por um caráter objetivo, tendo em foco sempre a resolução do litígio, sem necessariamente prezar pelo restabelecimento de algum vínculo afetivo anterior entre elas.

Conclusão

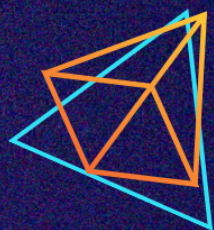
A Mediação pode ser concluída com acordos verbais ou escrita, formal ou informal. Podem ser provisórios, parciais, totais, definitivos. Pode não haver acordo, mas melhoria da comunicação. Pode haver acordos percebidos por todos como justos, mas sem a restauração do diálogo ou de qualquer relação.

A Mediação é uma forma de solução de conflitos na qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilita o diálogo entre as partes, para que elas construam, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o conflito. Em regra, é utilizada em conflitos multidimensionais ou complexos.

Referências

- CABRAL, Trícia Navarro Xavier. A evolução da conciliação e da mediação no Brasil. Revista FONAMEC – Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 354, mai. 2017.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 345 de 09/10/2020. Brasília. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original175500202010145f873b7482503.pdf>. Acesso em: 15 de Abril 2024.
- DIDIER JÚNIOR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 17 ed. Rio de Janeiro, RJ: JusPodivm, 2015.
- FILHO, Antônio Gabriel Marques. Arbitragem, conciliação e mediação: métodos extrajudiciais efetivos de resolução de conflitos. Disponível em: <https://marq4.jusbrasil.com.br/artigos/363749107/arbitragem-conciliacao-e-mediacao-metodos-extrajudiciais-efetivos-de-resolucao-de-conflitos>. Acesso em: 15 de Abril de 2024.
- GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil esquematizado; coordenador Pedro Lenza. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera